

Aperto continua forte

VICENTE NUNES

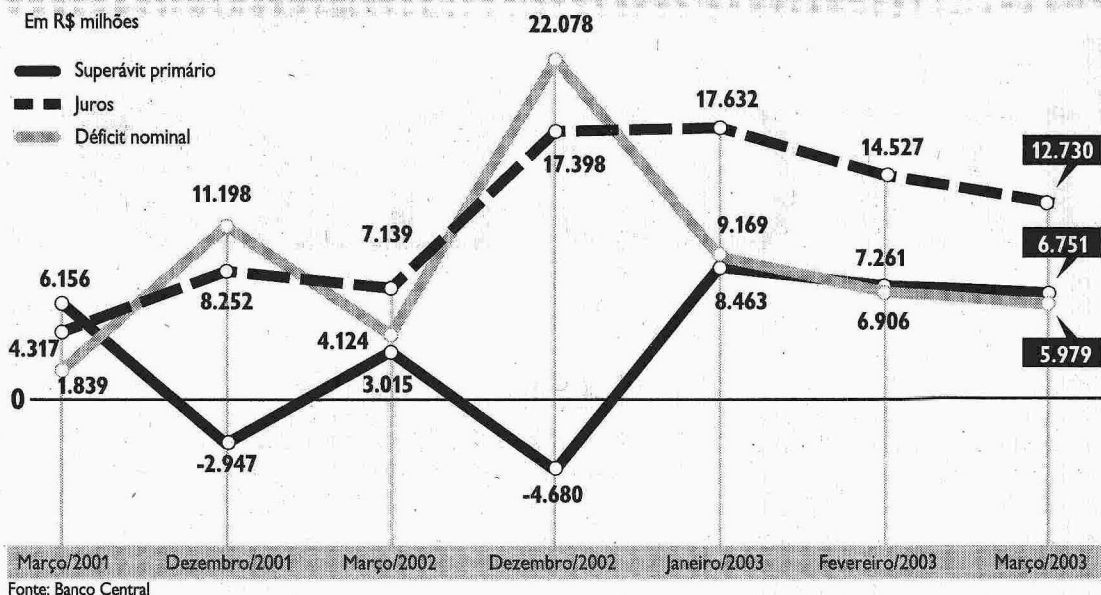
DA EQUIPE DO CORREIO

O setor público (governo federal, estados e municípios) fechou o primeiro trimestre do ano com superávit primário (receitas menos despesas, sem levar em conta os gastos com juros da dívida) de R\$ 22,835 bilhões, o dobro do registrado em igual período do ano passado. Esse valor, considerado muito bom pelo chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes, superou em R\$ 7,435 bilhões a meta fixada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o período, de R\$ 15,4 bilhões. Apenas em março, o superávit alcançou R\$ 6,751 bilhões. Foi o melhor resultado registrado no mês de março desde 1991, quando o BC passou a divulgar tais indicadores.

Apesar dos números expressivos, não há muitos motivos para comemoração. Segundo Altamir Lopes, o país terá que fazer um grande esforço fiscal até setembro. Pelo acordo fechado com o FMI, o superávit primário acumulado nos nove primeiros meses do ano deverá ficar, no mínimo, em R\$ 54,2 bilhões. Isso significa dizer que, de abril até setembro, o setor público como um todo terá de economizar pelo menos R\$ 5,230 bilhões por mês. "Não há dúvidas de que cumpriremos as metas. Mas, com certeza, não será fácil alcançá-las", afirmou. A receita principal para tal empreitada já está definida: mais arrocho nos gastos públicos e a torcida para que a eco-

CONTAS PÚBLICAS

No mês de março, o setor público teve um superávit primário (receitas menos despesas, excluídos juros) de R\$ 6,751 bilhões, o maior para o mês de março desde 1991. Apesar desse esforço fiscal, quando incluídos os juros, as contas do governo registraram um déficit nominal em março de R\$ 5,979 bilhões.



nomia se reative a ponto de resultar em mais arrecadação.

Dívida

Lopes informou que o superávit primário foi importante para o recuo da dívida pública. Foi, no entanto, a queda de 5,9% do dólar, equivalente a R\$ 21,228 bilhões, o principal fator para que o endividamento público fechasse o primeiro trimestre em R\$ 888,140 bilhões, correspondendo a 55,3% do Produto Interno Bruto (PIB). Essa, segundo o economista do BC, é a menor relação dívida/PIB verificada desde abril do ano passado, quando cravava os 54,19%.

Como a moeda norte-ameri-

cana continuou caindo, acumulando baixa de 12,9% em abril (até o dia 29), e metade do endividamento público brasileiro é corrigida pela variação do câmbio, a relação dívida/PIB fechou o mês próxima de 52,3%, o menor índice registrado desde junho de 2001, quando estava em 51%. Em março, a dívida pública ficou abaixo da meta indicativa fechada com o FMI, de R\$ 943,471 bilhões. "Não há como negar que a queda do dólar tem sido fundamental para a redução da dívida", reforçou Altamir.

Ele destacou, ainda, que o recuo do dólar também ajudou muito o resultado primário de estados e empresas estatais, cu-

jos superávits alcançaram, respectivamente, R\$ 703 milhões e R\$ 2,430 bilhões em março. No caso das estatais federais, com resultado positivo de R\$ 1,980 bilhão, o grande destaque foi a Petrobras, que ampliou os lucros ao não repassar para os consumidores a redução dos preços do petróleo e do dólar. O que só ocorreu anteontem. Os estados, por sua vez, tiveram uma ajuda adicional da inflação para diminuir o endividamento. A parcela da dívida renegociada com a União encolheu mais de R\$ 700 milhões, com a diminuição do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI), para 1,59% em fevereiro.